



Em HC, TJ paulista substitui prisão preventiva por comparecimento a juízo

Depois de ficarem 115 dias presos preventivamente, foram colocados em liberdade na última quinta-feira (6/12) os dois empresários do ramo de alumínio acusados de serem os mandantes da execução do ex-secretário executivo de Coordenação Governamental de Guarujá (SP), Ricardo Augusto Joaquim de Oliveira. Por maioria de votos, a 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que os réus fossem soltos, mas, em contrapartida, que compareçam todo mês em juízo.

Segundo decisão em Habeas Corpus da manhã da quinta-feira (6/12), os empresários devem ir a juízo comprovar o endereço e apresentar atestado de atividades. Estão proibidos de deixar a comarca onde moram (um em Campinas, o outro no Guarujá).

O desembargador Juvenal Duarte, relator, foi contra a concessão do Habeas Corpus, mas ficou vencido. O revisor da matéria foi o desembargador Damião Cogan e o terceiro julgador, Pinheiro Franco. Entenderam que não havia motivos para manter o encarceramento preventivo.

A 5ª Câmara Criminal estendeu os efeitos da decisão para o outro empresário acusado de ser o mandante do homicídio. No Habeas Corpus não foram analisadas provas, mas apreciadas a eventual existência dos pressupostos da preventiva e a necessidade da prisão cautelar.

Os empresários também foram obrigados a entregar em juízo os seus passaportes, sendo advertidos que, “se novos indícios surgirem, a prisão preventiva poderá ser novamente decretada em despacho devidamente fundamentado”.

Policiais presos

O processo sobre a morte do ex-secretário municipal tramita pela 2ª Vara Criminal de Guarujá e tem mais dois corréus. Acusados de ser os executores do assassinato, eles permanecem presos em regime de prisão preventiva. Um deles é policial militar e o outro saiu da corporação, a pedido, quase um mês depois do crime.

À época do homicídio, eles trabalhavam no 3º Batalhão da Polícia Militar, na Zona Sul da Capital. Segundo relatório final do inquérito, ambos foram reconhecidos por testemunhas. O ex-policial, inclusive, indicou aos investigadores que apuravam o caso o local em São Paulo onde estava a pistola calibre 45 usada para matar a vítima.

O ex-secretário de Guarujá foi morto com três tiros no último dia 8 de março. O crime ocorreu durante reunião do Partido da Pátria Livre (PPL), da qual participavam várias pessoas. Na sobra de disparos, uma delas foi baleada no pé. Os executores fugiram em uma moto e agiram como “profissionais”, conforme consta do inquérito.



Segundo as investigações da Polícia Civil, motivou o homicídio suposta promessa de anistia de vultosos débitos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de uma grande e valorizada área do Jardim Virgínia, em Guarujá, adquirida pelos empresários apontados como mandantes.

Date Created

08/12/2012